



RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ASPECTOS TEÓRICOS

Modalidade: a distância – videoaulas

Carga horária de certificação: 20 horas

Período de realização: contínuo

Início: imediato com inscrições automaticamente liberadas

Prazo para finalização: indeterminado

Metodologia:

Apresentação expositiva com exemplos teóricos e práticos, baseados na lei, na doutrina, na jurisprudência e na experiência dos facilitadores. Uso de projeção multimídia para ilustrar as aulas. Disponibilização das apresentações em Power Point.

Objetivo(s):

Proporcionar aos Prefeitos, Secretários Municipais, Servidores Públicos e Vereadores, conhecimentos teóricos e práticos sobre as várias fontes da receita municipal, tanto as próprias quanto as de transferências. Proporcionar às lideranças, sejam elas comunitárias, sindicais e empresariais, bem como a todos os cidadãos interessados conhecimentos necessários para que possam acompanhar e fiscalizar o processo de arrecadação das receitas tributárias e não tributárias por parte dos municípios.

Programação e conteúdo:

ABERTURA DO CURSO
Uma breve mensagem do Diretor da Escola de Contas do TCE-ES, Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo, explicando o objetivo do curso e incentivando o alunos a se empenhar.
<u>MÓDULO 1</u> – Introdução



Explicação breve sobre cada módulo, dando uma visão geral do conteúdo do curso e a forma como será realizado, possibilitando ao aluno planejar melhor seus estudos.

Responsável: Conselheiro Domingos Taufner

MÓDULO 2 – Direito Tributário: Conceitos e Princípios

Abordará conceito de tributo. Espécies Tributárias. Princípios Tributários e suas exceções. Noções de Imunidades Tributárias.

Facilitador: Conselheiro Domingos Taufner

MÓDULO 3 – Direito Tributário: Normas gerais do CTN

Lei Complementar em matéria tributária. Norma Tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção do Crédito Tributário. Decadência e Prescrição. Isenção. Anistia. Restituição de Tributos. Responsabilidade Tributária. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Preferências do Crédito Tributário. Administração Tributária. Certidões Negativas.

Facilitador: Conselheiro Domingos Taufner

MÓDULO 4 - Direito Tributário: Tributos em Espécie

Regras gerais de competência de cada espécie tributária. Regra Matriz de Incidência Tributária. Impostos Federais. Impostos Estaduais. Impostos Municipais.

Facilitador Conselheiro Domingos Taufner

MÓDULO 5 – ISS - Impostos Sobre Serviços

Trata dos aspectos legais do ISS. Legislação aplicável. Fato Gerador. Lista de Serviços. Restrições ao Fato gerador. Local do Fato Gerador e suas exceções. Sujeitos Ativo e Passivo. Substituição Tributária. Lançamento. Base de cálculo. Alíquotas. Benefício Fiscal

Facilitador: Vinicius Bergamini Del Pupo

MÓDULO 6 – IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Aborda os aspectos legais do IPTU. Finalidade. Legislação e Princípios aplicáveis. Imunidade e isenções específicas. Fato Gerador. Sujeitos Ativo e Passivo. Lançamento. Base de cálculo. Alíquotas. Entendimentos jurisprudenciais recentes.

Facilitador: Cristiane de Souza Camargos

MÓDULO 7 – ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

Contexto constitucional do ITBI. Diferenças entre ITBI e ITCMD. Legislação e Princípios aplicáveis. Imunidades específicas. Fato Gerador. Sujeitos Ativo e Passivo. Base de cálculo. Alíquotas. Lançamento. Entendimentos jurisprudenciais



recentes.

Facilitador: Cristiane de Souza Camargos

MÓDULO 8 – Taxas Públicas

Legislação aplicável: previsão constitucional e legal. Classificação do tributo. Espécies de taxa: taxa de polícia e taxa de serviço. Fato gerador. Taxas inconstitucionais. Base de cálculo. Valor da cobrança.

Facilitador: Murilo Costa Moreira.

MÓDULO 9 – COSIP - Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública

Origem histórica (EC 39/2002). Competência e regulamentação. Arrecadação. Base de cálculo. Desvio de finalidade (jurisprudência). Exclusão da receita da Cosip da base de cálculo dos recursos transferidos ao Poder Legislativo (Parecer em Consulta TC 018/2017).

Facilitador: Murilo Costa Moreira

MÓDULO 10 – Outras receitas públicas não tributárias: multas, preços públicos, juros.

Classificação da receita pública: receita originária e derivada. Definição e características da receita tributária. Definição e características da receita não tributária. Distinção entre taxa e preço público. Juros e multa.

Facilitador: Murilo Costa Moreira

MÓDULO 11 – Repartição das Receitas Tributárias

Noções gerais de discriminação de receitas na Constituição. Competência Tributária. Repartição da receita tributária. Formas de Repartição da Receita (Direta e Indireta). Impostos não sujeitos a repartição. Transferência diretas. Transferências indiretas (FPE e FPM). Papel do TCU.

Facilitador: Cristiane de Souza Camargos

MÓDULO 12 – Imunidades Tributárias

Definição de imunidade tributária. Dispositivos constitucionais aplicáveis aos tributos municipais. Imunidade Recíproca. Imunidade dos templos de qualquer culto. Imunidade de entidades sem fins lucrativos. Imunidade específica do ITBI na constituição ou desconstituição de capital de pessoa jurídica. Imunidade sobre imóveis para fins de reforma agrária. Imunidade sobre taxas. Posições dos tribunais brasileiros sobre o tema.

Facilitadora: Vinicius Bergamini Del Pupo

MÓDULO 13 – Benefícios Fiscais



Definição de benefício fiscal. Exigência constitucional. Distinção entre benefício fiscal e imunidade tributária. Tipos de benefícios fiscais. Exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Definição da estimativa da receita. Hipóteses de consideração da renúncia na lei orçamentária. Medidas de Compensação. Critérios Aparentes de Compensação. Incentivo Fiscal de Impostos Municipais. Caso da guerra fiscal do ISS, suas restrições e penalidades. Análise crítica aos programas de anistia REFIS. Incentivo Fiscal para atração de empreendimentos. Teoria do incentivo custo zero. Competência para propor projeto de lei de incentivo fiscal.

Facilitador: Vinicius Bergamini Del Pupo

MÓDULO 14 – Royalties

Definição de Compensação Financeira. Razões para o pagamento. Regramento Constitucional. Compensação Financeira referente a exploração de petróleo e gás natural (legislação pertinente; tipos de compensação e suas definições; regimes de partilha e concessão; vinculação das despesas; aplicação de recursos; transferência voluntária da parcela do Estado aos municípios e sua vinculação nas despesas). Compensação financeira pela exploração mineral (legislação pertinente; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; distribuição da arrecadação pelos entes federativos; sujeito passivo e vinculação da despesa).

Facilitador: Vinicius Bergamini Del Pupo

Facilitadores

Cristiane Pereira de Souza Camargos – Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo desde 2016. Advogada. Graduada em Direito pela FAESA - Centro Universitário. Pós-Graduada em Direito Tributário pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Experiência em advocacia Tributária, Procuradoria Municipal e Secretaria Municipal de Fazenda.

Domingos Augusto Taufner – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo desde 2011. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Consultime e Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela FDV. Foi Auditor Fiscal do Município de Vitória no período de 1986-2010.



Murilo Costa Moreira – Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo desde 2013. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Ciências Políticas pela Uninter. Pós-Graduado em Gestão e Legislação Tributária pela Uninter.

Vinicius Bergamini Del Pupo – Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo desde 2013. Advogado. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduação em Ciências Políticas pela Uninter. Pós-Graduação em Direito Constitucional Aplicado no Centro Educacional Damásio de Jesus.